



A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: MST E CPT EM FOCO

Helen Nunes Cosmo da Fonseca
Universidade Federal da Paraíba

Edvaldo Carlos de Lima
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro tem se dado de modo desigual e contraditório: ao mesmo tempo em que o capital se expande por alguns setores da agricultura estabelecendo relações capitalistas de produção, contraditoriamente, cria/recria relações não-capitalistas de produção no campo, entre elas as relações camponesas de produção (Oliveira, 1987). A agricultura brasileira possui um histórico de concentração fundiária, com indicadores negativos no que diz respeito à agricultura calcada no modo de produção familiar. Na Paraíba, de fato, a realidade não poderia ser diferente. As terras cultiváveis estão concentradas nas mãos dos grandes proprietários, enquanto que a participação das pequenas propriedades mantém-se baixa. Em contraponto a essa realidade, fazem-se presentes os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Dentre muitos movimentos sociais na Paraíba, estão o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra. Além de liderarem os trabalhadores que lutam pela terra, esses movimentos enfrentam um novo desafio: contribuir para a sustentabilidade da pequena produção reformada, pois observa-se um declínio contínuo da produtividade das culturas alimentares e a degradação do ambiente em regiões semi-áridas, constantemente agravado pela ação antrópica. A realização deste trabalho está calcada no levantamento e no registro de informações, que foram efetuados durante viagem de reconhecimento realizada no mês de fevereiro de 2008. O itinerário da viagem compreendeu desde o litoral até o sertão da Paraíba, com paradas em vários Projetos de Assentamento e acampamentos. Observou-se que as diferenças naturais são extremamente importantes para o desenvolvimento das atividades agrícolas e para a reprodução da pequena propriedade familiar nos diferentes espaços percorridos. Esse quadro diversificado tem impactos importantes no processo de territorialização dos movimentos sociais, colocando-se a necessidade de encamparem também a luta

pelo desenvolvimento e pela prática de uma agricultura sustentável, requerendo desenhos diferenciados em cada compartimento do espaço pesquisado.

Palavras-chave: Capitalismo, Movimentos Sociais, Desertificação.

Abstract

The development of the capitalist mode of production in rural Brazil has given so uneven and contradictory: at the same time that the capital has spread by some sectors of agriculture by establishing relations of capitalist production, contradictorily, create / recreates non-capitalist relations of production in the field, among them the peasant relations of production (Oliveira, 1987). The Brazilian agriculture has a historic concentration of land with negative indicators in the political vision with regard to agriculture sidewalk in the family mode of production. In Paraíba in fact, the reality could not be different. The arable land, almejadas between large and small land owners of rural workers, have been found increasingly in ever smaller scales. In contrast to the capitalist landowners, are social movements in the struggle for land and agrarian reform. In the fieldwork in the 16th and February 17th, 2008, making use of photographic cameras, camcorders, recorders and notebooks, notes, traveling from coast to the sertão, among many features found in the camps. Differences promoted by the natural environment were culminantes for analysis of agricultural conditions and reproduction of family ownership of small spaces in order that the territory is a fragment of space. Among many social movements in Paraíba, are the MST - Movement of Landless Rural Workers and the PTA - the Pastoral Land Commission, which in addition to having a history of struggle for land, they face an even greater problem. The continuous decline in productivity of crops useful for human subsistence and the environment in semi-arid regions, depending on the type of soil and climate change constantly aggravated by human action. What ends up interfering in the territory of the movement, leading to desertification of the soil and thus the human desertification in those areas. Revealing then the need for sustainable agriculture.

key-words: Capitalism. Social Movements. Desertification.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira possui um histórico de concentração fundiária com indicadores negativos a partir da visão política, no que diz respeito à agricultura calcada no modo de produção familiar. Historicamente a questão agrária e as ações dos trabalhadores sem-terra no campo, reproduzem a trajetória do processo de formação político e social no território brasileiro e por rebatimento na Paraíba.

Este texto busca tratar de forma sintética, o processo histórico da questão agrária paraibana, tendo como intuito maior, o de mostrar como as classes dominantes apropriaram-se da utilização e degradação de um dos principais bens da natureza: a terra. Por outro lado, visa abordar a problemática enfrentada pelos movimentos sociais de luta pela terra na Paraíba, a partir do trabalho de campo realizado nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2008, destacando a atuação dos trabalhadores rurais do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da CPT – Comissão Pastoral da Terra. E as problemáticas por eles enfrentadas em virtude de diversos fatores, dentre os quais a atual estrutura fundiária e a má utilização do solo, propiciando a desertificação do solo e assim a desertificação humana nas regiões semi-áridas do Estado.

Questão agrária na Paraíba: surgimento dos latifúndios

A questão agrária paraibana é resultado de um longo processo, cujo ponto inicial pode ser fixado na formação do espaço colonial brasileiro, este, por sua vez, alicerçado nos latifúndios improdutivos, fundados com as capitanias hereditárias e as concessões das sesmarias pelos colonizadores.

Segundo MOREIRA (1997, p.48) embora não se possa precisar com exatidão o número de sesmarias doadas na Paraíba, o historiador João de Lyra Tavares na obra História territorial da Parahyba registra 1.138 cartas de doação emitidas entre 1586 e 1824, para plantar cana, criar gado ou cultivar lavouras de subsistência.

O regime de concessão das sesmarias persistiu durante todo o período colonial, sendo superado apenas em 1850, com a Lei de Terras nº601, em 18 de setembro de 1850. A lei tinha por base, a mercantilização da terra, onde a partir de preceitos puramente capitalistas, só poderiam ter acesso à terra aqueles que por elas pudessem pagar. Com o acesso à terra restrito apenas aqueles que detivessem o modo capitalista de produção, o latifúndio passa então a ser de fato institucionalizado, garantindo assim o poder as classes dominantes (latifundiários).

MST e CPT na Paraíba

Não diferenciando-se em demasia dos demais Estados brasileiros, na Paraíba a concentração fundiária nas mãos dos grandes proprietários de terras fez com que houvesse uma preocupação por parte dos movimentos sociais, dentre eles o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Segundo FONSECA (2008), desde 1985, quando a delegação voltou do Primeiro Congresso, havia uma vontade de formar no Estado o Movimento. Porém, até 1989, o MST fora apenas uma secretaria localizada numa cidade vizinha da capital João Pessoa, Campina Grande. Segundo Fernandes os camponeses que lutavam neste Estado contra a expropriação/ expulsão tinham o apoio da Pastoral Rural, que em 1988 transformou-se em Comissão Pastoral da Terra (CPT), e também do bispo Dom José Maria Pires. Entretanto, há opiniões um tanto diversas, como a relatada por Schiochet (2008), Líder Estadual do MST na Paraíba, em entrevista: “Houve uma resistência da Igreja Católica com a chegada do MST na Paraíba, porque ela sempre teve a hegemonia no Estado e não queria perder seu poder e seu espaço com a vinda de outro movimento social”. Para que a primeira ocupação fosse efetivada no Estado, os trabalhos de base para a formação de grupos de família, já estavam sendo realizados três meses antes da ocupação.

Em relação à luta pelo retorno à terra, ela ainda é nova no Estado e se caracteriza pela ocupação de imóveis por trabalhadores assalariados. Essa ação tem sido organizada pelo Movimento dos Sem Terra, atuando na Paraíba desde 1989 e pela Comissão Pastoral da Terra. Ocupado o imóvel, barracas são levantadas, a terra é preparada e um grande roçado é plantado em mutirão. Surge assim o “acampamento” (Moreira, 1997, p.280).

Segundo Mitidiero Júnior antes do nascimento da CPT, a representação da atuação da Igreja no campo por meio de grupos e instituições encontrava-se nas ações da Juventude Agrária Católica (JAC), no Movimento de Educação de Base (MEB) e da Pastoral Rural. A CPT – Comissão Pastoral da Terra surgiu, quando a Juventude Agrária Católica já encontrava-se totalmente desarticulada, devido a divisões internas e a forte repressão política aos seus militantes, enquanto o Movimento de Educação de Base diminuía gradativamente a intensidade de suas forças frente às repressões do Estado. A CPT, nasce de práticas das Igrejas envolvidas pela violência que atingia as comunidades de indígenas e de posseiros. Em termos eclesiais isso significa o compromisso de uma Igreja local com um grupo social vítima de violências, que acaba inserida na Paraíba por motivos contundentes à realidade deficitária até então de luta democrática participativa

pela terra e reforma agrária.

De um modo ou de outro, em meio às contradições que caracterizam a atuação, e como herança de uma Igreja que fez a opção preferencial pelos pobres desde a década de 1960, a CPT na Paraíba transformou-se no principal protagonista das lutas do campo. A tal ponto, que o maior movimento social da história do Brasil, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve sua atuação a princípio minimizada na Paraíba em decorrência da efetividade das lutas produzidas pela CPT.

Perspectivas de um acampamento na região semi-árida paraibana

O desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro tem se dado de modo desigual e contraditório: ao mesmo tempo em que o capital se expande por alguns setores da agricultura estabelecendo relações capitalistas de produção, contraditoriamente, cria/recria relações não-capitalistas de produção no campo, entre elas as relações camponesas de produção (Oliveira, 2004).

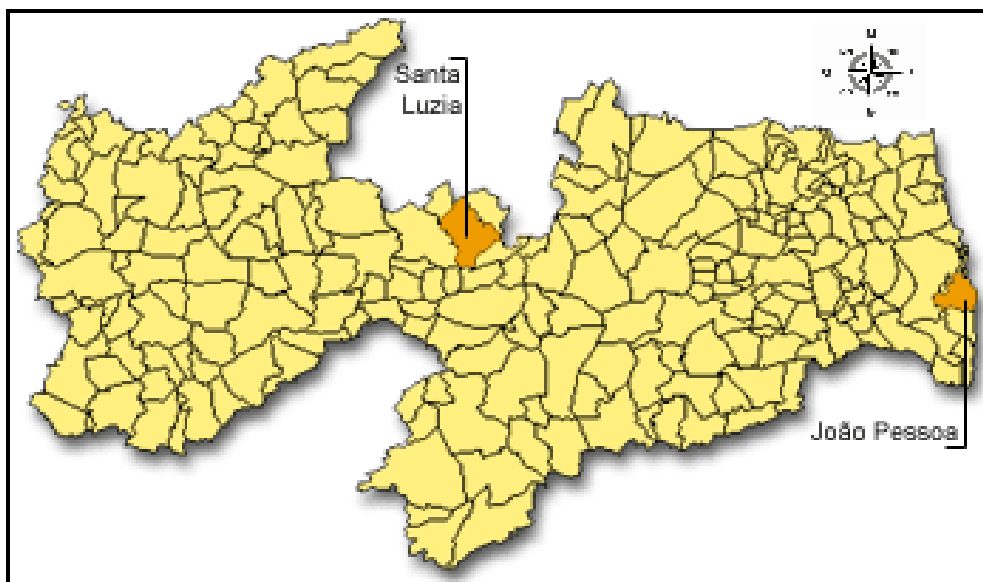
Os movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária têm encontrado razões concretas para inquietação promovida em razão das terras na Paraíba. Em trabalho de campo realizado nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2008, fazendo uso de câmeras fotográficas, filmadoras, gravadores e cadernos de anotação foi possível constatar *in locu* as dificuldades encontradas pelos trabalhadores rurais sem-terra em regiões semi-áridas do Estado da Paraíba diante do declínio contínuo de produtividade de culturas úteis para subsistência humana e do ambiente, em função do modo capitalista de produção no campo, do tipo de solo e das mudanças climáticas deterioradoras do ambiente, cada vez mais agravadas pela ação antrópica.

A abundância de recursos naturais e a motivação do modelo predatório de agricultura que dominou todo o período colonial permaneceram predominantes durante muitas décadas, e tem perdurado apesar das mudanças tecnológicas e das diversificações produtivas ocorridas até os dias atuais.

Segundo Camargo (2002, p.190) o modelo fundado na grande propriedade, na monocultura de exportação e no trabalho forçado dos escravos, caracterizou-se, na sua dimensão ambiental, por três princípios básicos: 1) a sensação de

inesgotabilidade dos recursos naturais; 2) uma postura destrutiva e parasitária diante desses recursos, origem de tecnologias descuidadas e extensivas e 3) a pouca atenção para com a biodiversidade e a especificidade ecológica do ambiente tropical.

O acampamento “Mundo Novo”, localizado nas margens da BR 230 PB, inserido no distrito de Santa Luzia, na mesorregião da Borborema e microrregião do seridó ocidental Paraibano, estando localizado cerca de 263 quilômetros da capital. É acompanhado pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e encontra-se em uma região cujo clima é caracterizado por ser semi-árido quente. O que acaba por tornar a luta pela terra e reforma agrária ainda mais cautelosa, devido ao fato do acampamento localizar-se também em uma área que segundo o Santana (2007, p.19) encontra-se dentro da delimitação de áreas susceptíveis à desertificação.



Mapa de localização João Pessoa - Santa Luzia

As áreas susceptíveis à desertificação foram determinadas seguindo os pressupostos norteadores da UNCCD – Convenções das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Onde as secas são bem mais intensas, aonde sua incidência percentual chega a 100% em determinadas áreas, tal como a região em que encontra-se inserido o acampamento “Mundo Novo”.



Delimitação do semi-árido no nordeste Brasileiro. Fonte: Ministério de integração

As diferenças naturais promovidas pelo ambiente foram culminantes para análise das condições agrícolas e de reprodução da pequena propriedade familiar nos espaços, tendo em vista que um território é fragmento do espaço.

Raffestin (1993, p.198) afirma que "O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos". Dessa maneira, o território conquistado dentro da espacialização da luta, como resultado do processo de

trabalho e organicidade de um movimento, é demonstrado como trunfo na espacialização da luta pela terra.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra do acampamento vai além da conquista da terra simplesmente, pois são cientes das precariedades e necessidades do solo ainda que não possuam conhecimentos técnicos suficientes para embasar suas teorias. Além das necessidades humanas e sociais, bem como alimentação, água, e educação.



Paisagem em frente ao acampamento Mundo Novo. Foto: Helen Fonseca

O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é responsável por levar cestas básicas aos acampados, todavia, a entrega das mesmas até o mês de fevereiro do decorrente ano, já encontrava-se atrasada por 3 (três) meses consecutivos, o que agrava ainda mais as condições dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que ficam impossibilitados de plantar também devido à acidez do solo e ao clima desfavorável da região, tornando então inviável a agricultura caucada no modo de produção familiar. A água utilizada para consumo humano é a mesma utilizada por animais, sendo esta transportada do que resta de um pequeno reservatório de água localizado dentro da fazenda (de nome não identificado) a qual sua cerca faz divisa com o

acampamento. A única estrutura de escola existente possui um pequeno quadro negro, uma mesa e algumas poucas cadeiras, coberta por lonas e erguida com madeiras, sem iluminação à noite dificulta aquilo que já é quase impossível: o aprendizado. A única “professora” do acampamento não possui formação, mas o pouco que sabe, ajuda a alfabetizar os demais. As roupas e os poucos livros que o acampamento e os acampados possuem são fruto de doações, ainda que alguns busquem amenizar suas necessidades em trabalhos domésticos na cidade de Santa Luzia. O que se recebe ainda é muito pouco, não sendo capaz de diminuir o grau de miserabilidade dos acampados que ali persistem na luta democrática pela terra e reforma agrária.



Escola do Acampamento Mundo Novo. Foto: Helen Fonseca

O conjunto das dinâmicas e mentalidades apontadas pelo modo capitalista de produção faz com que o desenvolvimento harmonioso da população e do território esteja constantemente ameaçado. Em concordância à OLIVEIRA(2004) e acrescentando:

É preciso levar em conta, em primeiro lugar, que a implantação do modelo da modernização conservadora se deu de forma desigual e contraditória, privilegiando algumas regiões e grupos sociais em detrimento de outros. Ela produziu nas palavras de Milton Santos, um processo de “modernização em manchas”, que focalizou as áreas tradicionalmente concentradas em recursos técnicos e políticos e a abertura de algumas frentes de expansão. [...] A permanência e agravamento dessas desigualdades, já constatada anteriormente na questão fundiária, constitui um desequilíbrio social e geopolítico que precisa ser repensado, em nome da harmonia federativa e da segurança alimentar.” (CAMARGO, 2002,p.197)



Acampados do acampamento Mundo Novo–PB. Foto: Helen Fonseca

Em concórdia ao que fora citado, o crescimento da urbanização e da industrialização na Paraíba fez-se superposta a uma estruturação agrária essencialmente concentrada e desigual. A agricultura industrializada vem apresentando sinais claros de insustentabilidade e incapacidade de cumprir certos

objetivos. Pois não basta que sejam distribuídas terras, é preciso que haja sustentabilidade no modelo rural em escala nacional e Estadual.

O modelo agrícola inserido no Brasil, e por rebatimento na Paraíba, é reflexo do modelo norte-americano de agricultura, em função da subordinação da nossa economia ao capital internacional. Havendo estimulação para que haja modernização das grandes fazendas, promovendo maior abrangência da monocultura que no caso paraibano trata-se da monocultura açucareira, com aumento da mecanização para produção e (re)produção do agronegócio. Que em síntese nada mais é que um modelo sociológico que define o uso de grandes proprietários de terras, de agrotóxicos e mecanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, os movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária terão de buscar não apenas a democratização da terra. Mas, uma reforma agrária que aniquile os latifúndios e promova uma reorganização da produção voltada para o mercado interno, e garanta renda para os pequenos e médios agricultores; promovendo a agroindústria cooperativada e de controle dos pequenos agricultores, onde de um modo geral, seja elaborada uma agricultura sustentável que viabilize a produção do espaço agrário no semi-árido paraibano. E que não coíba a ação do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e não provoque o ermo o processo de ocupação e territorialização do espaço agrário paraibano.

Reorganizando do ponto de vista sustentável, diminuindo drasticamente o desmatamento em função da pecuária extensiva e o mais importante: fornecendo cursos que auxiliem o trabalhador a manusear a terra de modo sustentável, afim de que essa realidade de secas e incapacidade de produção se torne obsoleta e a terra se torne um bem comum, de onde o trabalhador rural possa sobreviver, sem a necessidade da inserção do capital.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A; et. al. Meio ambiente Brasil: avanços pós-Rio 92. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 2002. 460 p.

FERNANDES, B. M. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996. 285 p.

FONSECA, H. N. C; CECATO, R. B; LIMA, E. C. A atuação do MST e a luta pela terra na Paraíba, 1985 – 2008. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en

las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de maio de 2008.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.

MOREIRA e TARGINO. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Universitária, UFPB, 1997. 332 p.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo:Ática, 1993. 269 p.

SANTANA, M.O. (org.).Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007.134 p.

Ministério de integração Nacional em www.integracao.gov.br/ em 30/05/2008

Contato com os autores: helen.geo@gmail.com; edvaldo.edvlima@gmail.com

Recebido em: 19/11/2008

Aprovado em: 20/05/2009